



**RELATÓRIO
E CONTAS 2024**



**RELATÓRIO E CONTAS
2024**

ÍNDICE

A	3	6. INICIATIVAS CULTURAIS	12
RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO	3	7. FINANÇAS	13
1. ÓRGÃOS SOCIAIS	3	<i>Resultados das modalidades mutualistas</i>	13
2. ÂMBITO	3	<i>Custos e proveitos das modalidades mutualistas</i>	13
3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR	3	<i>Fundos de reserva das modalidades mutualistas</i>	15
B	4	<i>Resultados dos fundos autónomos</i>	15
RELATÓRIO DE GESTÃO	4	<i>Valor patrimonial dos fundos autónomos</i>	16
1. PERSPETIVA	5	<i>Estrutura da carteira de aplicações financeiros</i> ..	16
2. ASSOCIADOS	6	<i>Património</i>	16
<i>Movimento de associados</i>	6	<i>Consignação fiscal, doações e donativos</i>	16
<i>Associados falecidos</i>	7	<i>Despesas de representação</i>	17
<i>Subscritores das modalidades mutualistas e dos</i>		<i>Processos judiciais</i>	17
<i>planos de proteção complementar</i>	7	8. PRINCIPAIS INDICADORES	18
3. SAÚDE	8	9. AGRADECIMENTOS	18
<i>Consultas internas</i>	8	10. PROPOSTAS	19
<i>Cirurgia de ambulatório</i>	9	<i>Aplicação de resultados</i>	19
<i>Convénios diretos</i>	9	<i>Rendimento complementar da modalidade de Pre-</i>	19
<i>Rede Advancecare</i>	9	<i>vidência-Reforma</i>	19
<i>Serviço de Saúde ao Domicílio da APM/RedeMut</i> ..	9	<i>Outras propostas</i>	19
<i>Internamento hospitalar</i>	10	C	20
4. AÇÃO SOCIAL	10	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
<i>Subsídio de parentalidade, bolsas de estudo, subsí-</i>		D	29
<i>dio por morte e subsídio de acidentes pessoais</i> ..	10	ANEXO	29
<i>Comparticipação de quotas</i>	11	<i>Anexo às demonstrações financeiras em 31 de de-</i>	29
<i>Pensões complementares de reforma e sobrevi-</i>		<i>zembro de 2024</i>	29
<i>vência (FASC)</i>	11	E	42
5. ATIVIDADE ASSOCIATIVA	12	PARECER DO CONSELHO FISCAL	42

A

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Goulart Machado
1.º Secretário: Eunice Lourenço
2.º Secretário: José Mário Costa
Suplentes: Cláudia Monteiro
Manuel Carlos Freire
Hélder Carvalho Martins

Conselho de Administração

Presidente: António Borga
Vice-Presidente: Luísa Bessa Coelho
Vogal: Sérgio Anibal
Vogal: Luís Proença
Vogal: Isabel Cruz
Suplentes: Waldemar Abreu
Clara Guerra
Luísa Melo
Elsa Alves

Conselho Fiscal

Presidente: Pedro Santos Guerreiro
Relator: Rui Peres Jorge
Secretária: Sónia Santos Pereira
Suplentes: Luís Villalobos
Luís Reis Pinto
Lurdes Ferreira

Conselho Geral

Membros eleitos em efetividade de funções

Eugénio Alves
Helena Garrido
José António Santos
Cesário Borga
Eduardo Oliveira e Silva
José Fragoso
Ana Mafalda Inácio
Júlio Roldão
Carlos Rico
Carlos Lobato
Paulo Martins
Fernanda Mestrinho

Suplentes: Áurea Sampaio
Inês Rapazote
António Marujo

2. ÂMBITO

A Casa da Imprensa – Associação Mutualista tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905, tendo esta denominação sido alterada em 1935 para Caixa dos Profissionais da Imprensa de Lisboa. A designação atual, Casa da Imprensa – Associação Mutualista, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A Casa da Imprensa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, e cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2021.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Casa da Imprensa subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

- Estatutos, aprovados em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021. Registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 49, à inscrição n.º 16/81, a fls. 102 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar, por despacho de 23 de agosto de 2021 da subdiretora-geral da Segurança Social;
- Regulamento de Benefícios, aprovado em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021 e alterado parcialmente em reuniões extraordinária da Assembleia Geral realizadas em 19 de dezembro de 2022 e 6 de novembro de 2024. Registado pela Direção Geral da Segurança Social por despacho de 14 de abril de 2023, pelo averbamento n.º 52, à inscrição 16/81 a fls.115 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

B

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Casa da Imprensa – Associação Mutualista submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2024.

Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (*Secção B, ponto 1, pág. 5*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, factual e objetivo, o que no entender do Conselho de Administração caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados, e a proposta de aplicação de resultados (*pontos 2 a 10, pág. 6 e seguintes*).

As demonstrações financeiras (*Secção C, pág. 20 e seguintes*) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo ao exercício de 2012, garantindo assim a comparação em todos os aspetos significativos com os valores dos exercícios anteriores.

Os factos e valores relativos a exercícios anteriores a 2024 são, sempre que disponíveis, os que constam dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras dos exercícios respetivos, sujeitos a auditoria independente e aprovados pela Assembleia Geral.

No Anexo ao Relatório de Gestão (*Secção D, pág. 29 e seguintes*) são explicitados os conceitos da política contabilística.

O Relatório, nos termos legais subscrito pelo Conselho de Administração atual, com o apoio do CA anterior, cujo mandato só terminou a 15 de janeiro de 2025, foi submetido à apreciação independente do Revisor Oficial de Contas, que emitiu a declaração respetiva. As demonstrações financeiras e o anexo foram auditados pelo ROC.

O Relatório é distribuído com o *Parecer do Conselho Fiscal*, emitido nos termos estatutários (*Secção E, pág. 42*).

1. PERSPETIVA

A análise do exercício de 2024, completado pelo CA que cessou funções em janeiro do ano em curso, permite concluir que foram respeitadas as prioridades apontadas no Plano de Ação aprovado na AG de 06.12.2023: prosseguir a reestruturação tendente a garantir a sustentabilidade da modalidade de Saúde e manter o equilíbrio orçamental recuperado após os anos da pandemia.

Como então se previa, agravaram-se os principais desafios que vinham de anos anteriores. As insuficiências do Serviço Nacional de Saúde – cercado e enfraquecido pelo domínio cada vez maior dos quatro grandes grupos que exploram o negócio da saúde – acentuaram a tendência para a utilização do cartão de saúde da Casa da Imprensa, não com o propósito original de meio complementar do serviço público de saúde, mas como recurso principal, com o aumento de custos que daí resulta para os associados e para a modalidade. A inflação no setor da saúde, como resultado da situação atrás descrita, manteve-se acima dos 10%, ao arrepio da tendência geral.

As medidas tomadas durante o exercício para sustentar a modalidade de Saúde revelaram-se positivas, mas não o suficiente para que a tarefa seja dada por concluída. Os desequilíbrios, com destaque para os registados no Internamento Hospitalar, atenuaram-se, mas persistem acima do suportável. Neste contexto, torna-se imperioso prosseguir a reestruturação, tirando partido das condições criadas pelo conjunto de alterações ao Regulamento de Benefícios aprovado na AG extraordinária de novembro de 2024.

O saldo marginalmente negativo nos resultados do exercício não impede que eles continuem a demonstrar o equilíbrio atingido ao longo dos anos anteriores. No âmbito da Solidariedade Associativa, a CI manteve a estabilidade e a eficiência dos apoios prestados. O aumento expressivo do número de associados, o conseqüente aumento da procura registado nos Serviços Clínicos da CI, acolhido com a competência e a inestimável dedicação que caracterizam o nosso corpo clínico e auxiliar, e a gestão dos ativos financeiros permitiram cobrir despesas não previstas, de carácter não recorrente.

Nestas despesas, incluem-se as destinadas a apoiar os associados perante encargos inesperados com a modalidade de Saúde, mas, também, outras que resultaram de atos de gestão com reflexos positivos em exercícios futuros. Incluem-se nestes os custos das obras e da comissão imobiliária para a mudança de inquilinos no edifício da Rua do Loreto.

Por outro lado, o CA decidiu promover a reavaliação do património artístico da CI, dando início ao processo de conservação e restauro de algumas obras que dele constam de modo a organizar uma primeira exposição do acervo, por altura do 120.º aniversário da CI.

No movimento de associados, além de ter sido superado o objetivo de atingir o patamar dos 2500, há a registar uma redução sensível das desistências e do número de óbitos, o qual, sempre de lamentar, se situou abaixo das duas dezenas, o que não acontecia desde 2021.

A atividade associativa da CI foi intensa. No movimento mutualista, através da participação ativa na Associação Portuguesa de Mutualidades (APM) e cuja RedeMut proporciona um número cada vez mais significativo de benefícios. Na frente socioprofissional, pelo envolvimento no V Congresso dos Jornalistas Portugueses, de que a CI foi uma das entidades promotoras, juntamente com o Sindicato e o Clube de Jornalistas.

A CI assinalou os 50 anos do 25 de Abril com a exposição Portugal Livre – O Livro. No programa expositivo, o desenho de imprensa e o fotojornalismo estiveram, uma vez mais, em evidência, com um conjunto de importantes mostras de desenhadores e repórteres fotográficos portugueses.

O Coro da Casa da Imprensa viu-se reforçado com novos elementos e deu o seu primeiro concerto fora da CI, integrado nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. O CA, ao apresentar o Relatório e Contas de 2024, último ano do mandato anterior, manifesta-se solidário com os resultados nele apurados e afirma a convicção de que eles permitem prosseguir com segurança a missão estatutária da Casa da Imprensa, consciente dos desafios a superar e contando com a colaboração e o espírito mutualista de todas as associadas e associados.

2. ASSOCIADOS

Movimento de associados

A Casa da Imprensa fechou o ano de 2024 com 2502 associados inscritos, mais 59 do que no final de 2023. Manteve-se a tendência de crescimento registada há mais de uma década e só interrompida em 2020, ano da pandemia.

Durante o ano, foram admitidos 134 candidatos (120 em 2023) e 50 cancelaram a inscrição (73 em 2023). O não pagamento de quotas além do prazo estatutário levou à eliminação de 8 associados

(11 em 2023).

Em 2024, faleceram 17 associados (22 em 2023), número inferior aos registados desde 2020, mas ainda superior ao número médio de óbitos verificado na década anterior à pandemia (13).

O quadro junto sintetiza o movimento de entradas e saídas durante o ano, a distribuição da massa associativa por categorias e as relações de parentesco.

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Movimento de Associados	31/12/2023	Movimento entre as datas					31/12/2024
		Admitidos	Falecidos	Eliminados	Desistiram	Readmitidos / Mudaram categoria	
Associados efectivos	1122	51	12	1	18	0	1142
Associados participantes	1321	83	5	7	32	0	1360
Familiares de associados efectivos	733	33	3	3	17	-30	713
Cônjuges	304	17	0	0	6	-9	306
Cônjuges sobrevivivos	53	0	3	1	1	2	50
Ascendentes	5	0	0	0	0	0	5
Filhos	371	16	0	2	10	-23	352
Outros associados participantes	463	28	2	3	12	30	504
Familiares de outros associados participantes	119	22	0	1	3	0	137
Cônjuges	49	12	0	1	0	-1	59
Ascendentes	7	0	0	0	0	0	7
Filhos	63	10	0	0	3	1	71
Associados pensionistas do FASC	6	0	0	0	0	0	6
Total Associados	2443	134	17	8	50	0	2502

Do total de associados, 1142 (45,6%) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1360 (54,4%) eram participantes, dos quais 713 (28,5%) familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam 74,1% do total de associados (75,9% em 2023).

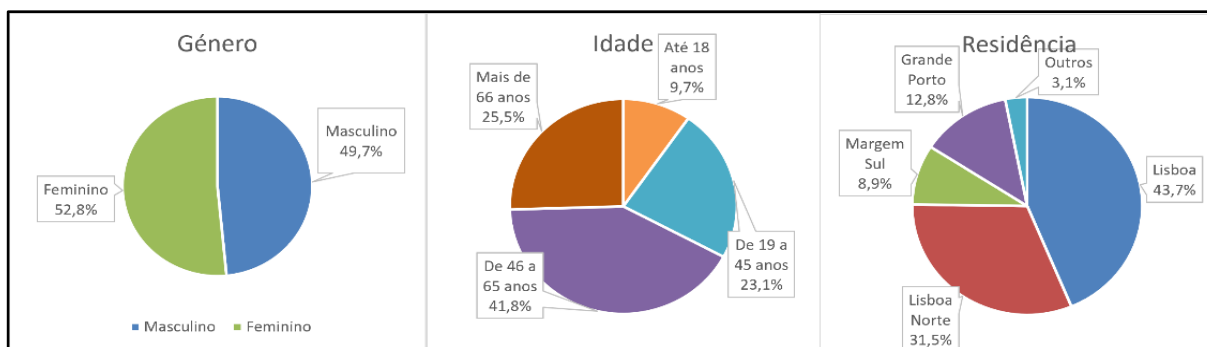
Na distribuição por género, o número de associadas ultrapassa o de associados, o que acontece desde 2018. No final de 2024 eram 1289, 51,5% do total de inscritos.

Por classes etárias, estavam inscritos no final do ano 243 associados com menos de 19 anos (9,7%

do total), 1622 entre os 19 e os 65 anos (64,8%) e 637 acima dos 65 anos (25,5%). Em 2023, em percentagem, os valores, pela mesma ordem, eram de 10,6%, 64,8% e 24,6%.

A média de idades, globalmente, era de 51,3 anos (50,6 em 2023). Entre os admitidos em 2024 foi de 43,6 anos.

Na distribuição geográfica, o Grande Porto, com 320 residentes, perdeu peso, baixando de 13,8% para 12,8% do total de associados. Na Grande Lisboa moram 2105 associados (passaram de 83,5% para 84,1% do total), estando 77 (3,1%) dispersos



pelo resto do país (2,7% em 2023). Os gráficos da página anterior mostram a distribuição de associ-

ados por género, escalão etário e área de residência.

Associados falecidos

Durante o ano, faleceram 17 associados, a cuja memória o Conselho de Administração aqui presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos, os seus números de inscrição e as datas dos óbitos.

ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2024

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Pedro Manuel Ferreira Foyos Teixeira	33	Efetivo	09/02/2024
Fernando António Pinheiro Correia	38	Efetivo	01/03/2024
João Paulo Guerra Batista Coelho Vieira	244	Efetivo	04/08/2024
Manuel Leopoldo Passos Gonçalves	279	Efetivo	25/11/2024
Alberto Jorge Figueiredo Cordeiro	752	Efetivo	16/04/2024
Armando José Moreira	924	Efetivo	27/02/2024
Maria Manuela Leão Nunes Caiado	952	Efetivo	10/09/2024
Casimiro Ramos Rosa	1000	Efetivo	13/10/2024
Maria Teresa Mendes de Macedo	1512	Efetivo	19/11/2024
Maria Teresa Jesus Monteiro C. de Matos Sequeira Capeto	1608	Efetivo	23/03/2024
José Carlos Ribeiro Martins Fialho de Oliveira	1739	Efetivo	04/11/2024
Maria Ondina Cruz Branco	5009	Cônjuge sobrevivivo	24/09/2023
Maria José Barbesti de Sousa de Nápoles de Sousa Veloso	5237	Cônjuge sobrevivivo	27/06/2024
Orquídea Lança Frois de Figueiredo Baptista	5330	Cônjuge Sobrevivo	12/11/2024
António Manuel Garcia Tabuada	5795	Participante	09/09/2024
Rui Manuel Corrêa Solano de Almeida	6236	Efetivo	30/04/2024
Emídio Fernando Loureiro Jerónimo	7071	Participante	16/10/2024

Subscritores das modalidades mutualistas e dos planos de proteção complementar

Em 31 de dezembro todos os 2 502 associados da Casa da Imprensa eram beneficiários da modalidade de Solidariedade Associativa, conforme decorre dos Estatutos, e, por opção própria, individual, tornada possível desde 2023, apenas 77 não eram subscritores da modalidade de Saúde.

No final do ano 2425 associados (96,9% do total) subscriviam a modalidade de Saúde. Destes a

maioria (1 857, ou 76,6% dos subscritores da modalidade) tem acesso a todos os benefícios do Internamento Hospitalar e 568 (23,4%) estão no período de convergência, até 2027, para gradualmente atingirem esse patamar.

Ainda dentro da modalidade de Saúde, 683 associados (mais 17,8% do que no ano anterior) subscriviam o Plano de Proteção Complementar de Saúde Oral e 1228 (+12,0%) já tinham aderido ao Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos. O Serviço de Saúde ao Domicílio, de subscrição gratuita, tinha 1676 aderentes (mais 11,3% do que no ano anterior).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 585 subscrições ativas em dezembro de 2024, menos 11 do que em 2023.

A nova modalidade de Previdênci-

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS E DOS PLANOS DE PROTEÇÃO COMPLEMENTAR

Modalidades e planos de proteção complementar	31/12/2024	31/12/2023	Dif.ª	
			(N.º)	(%)
Solidariedade Associativa	2502	2443	59	2,4%
Saúde	2425	2386	39	1,6%
Internamento Hospitalar	1857	1763	94	5,3%
Exames e Tratamentos	1228	1096	132	12,0%
Saúde Oral	683	580	103	17,8%
Serviço de Saúde ao Domicílio	1676	1506	170	11,3%
Capitais por Morte	585	596	-11	-1,8%
Previdência-Reforma	72	60	12	20,0%
Capital de Risco	35	31	4	12,9%

Reforma (PR) teve 12 novas subscrições em 2024, um crescimento de 20,0% relativamente ao ano anterior. Cerca de metade dos subscritores desta modalidade (48,6%) tinham a opção complementar de *Capital de Risco*, que em caso de morte ou

incapacidade absoluta e definitiva garante o pagamento de um capital no mínimo equivalente ao somatório de todas as quotas pagas ou previstas até que se atingisse a *idade normal de reforma*.

3. SAÚDE

Os Serviços Clínicos e a modalidade de Saúde da Casa da Imprensa proporcionaram aos associados, em 2024, o acesso a 10 768 consultas, exames e tratamentos em regime ambulatorio e a 131 internamentos hospitalares, dos quais dois para partos. Foram mais 1198 atendimentos do que no ano anterior (+12,5%).

Durante o ano, 1124 associados (44,9% do total de inscritos em dezembro) tiveram pelo menos uma consulta ou pequena cirurgia no posto clínico da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para exames, tratamentos e *consultas externas* (ao abrigo de *convénios* diretos). E pelo menos 1439 associados (57,6%) utilizaram o *cartão de saúde* para acedem a consultas programadas ou de urgência, para exames e tratamentos em regime ambulatorio ou para internamento na rede nacional da Advancecare.

Ou seja, mais de um terço dos atendimentos

Consultas internas

Nos Serviços de Saúde da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) realizaram-se 3858 consultas, mais 91 (+2,4%) do que em 2023 (*ver quadro*).

Durante o ano estiveram disponíveis as mesmas especialidades médicas de 2023: Medicina Geral e Familiar (Clínica Geral), Cirurgia Geral, Dermatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Psiquiatria e Urologia. Além das especialidades médicas, realizaram-se também consultas de Psicoterapia e Nutrição.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) continua a ser a especialidade mais procurada, com

(36,4%) foram realizados no posto clínico da associação; 4,4% em prestadores com *convénio direto* com a Casa da Imprensa (com *credencial*); e 59,2% na rede Advancecare (com o *cartão de saúde*).

Com a exceção do ano de 2020, o período mais severo da pandemia de covid-19, na última década o nível de atividade dos serviços clínicos e da modalidade de Saúde, medido pelo número de atendimentos (principalmente consultas), tem aumentado sempre acima dos 10,0% ao ano e já é o mais elevado desde a extinção do Subsistema de Saúde dos Jornalistas (2007) e da adoção do atual modelo mutualista da Casa da Imprensa, em 2009.

2268 consultas, mais 97 (+4,5%) do que no ano anterior.

Nas restantes especialidades (médicas e não médicas) a tendência foi a inversa, registando-se um decréscimo de 0,4% no número de consultas (menos seis consultas).

A Psicologia (com 416 consultas) continuou sendo a mais procurada, seguindo-se, por ordem decrescente, a Dermatologia (283), a Oftalmologia (194), a Otorrinolaringologia (152) e a Ginecologia e Obstetrícia(125).

ATIVIDADE GERAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Atendimentos	2024	2023	Dif. ^a	
			N.º	(%)
Posto clínico da Casa da Imprensa (consultas e pequenas cirurgias)	3 922	3 819	103	2,7%
Convénios diretos (com credencial)	476	522	-46	-8,8%
Rede Advancecare (ambulatorio e internamento hospitalar, c/ <i>cartão de saúde</i>)	6 370	5229	1 141	17,9%
Total de atendimentos	10 768	9 570	1 198	12,5%

CONSULTAS INTERNAS – POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

Especialidades	Lisboa				Porto				Total			
	2024	2023	Dif. ^a		2024	2023	Dif. ^a		2024	2023	Dif. ^a	
			N.º	(€)			N.º	(€)			N.º	(€)
Clínica geral	2069	1965	104	5,3%	199	206	-7	-3,4%	2268	2171	97	4,5%
Outras especialidades	1546	1540	6	0,4%	44	56	-12	-21,4%	1590	1596	-6	-0,4%
Total	3615	3505	110	3,1%	243	262	-19	-7,3%	3858	3767	91	2,4%

Cirurgia de ambulatório

No posto clínico foram feitas 64 pequenas cirurgias, mais 12 do que em 2023. A maioria (58) fez-se no âmbito da especialidade de Dermatologia. O quadro junto mostra o número de pequenas cirurgias realizadas durante o ano.

PEQUENAS CIRURGIAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA)

Especialidades	Lisboa			
	2024	2023	Dif. ^a	
			N.º	%
Dermatologia	58	42	16	38,1%
Outras Especialidades	6	10	-4	-40,0%
Total	64	52	12	23,1%

Convénios diretos

Em 2024 foram emitidas 476 *credenciais* para *consultas externas*, exames e tratamentos em regime ambulatório e ao abrigo de *convénios diretos* com a Casa da Imprensa.

Em comparação com o ano anterior, foram menos 46 atendimentos (-8,8%), estendendo-se a Lisboa e acentuando-se a tendência de baixa da procura já antes registada no Porto desde que, com a distribuição do *cartão de saúde*, os associados passaram a ter acesso à rede nacional da AdvanceCare, com mais de 18 mil prestadores de cuidados de saúde em todo o país, nos quais beneficiam também de preços convencionados.

A especialidade mais procurada nos *convénios* continua a ser a Estomatologia, com 61,1% do total de *credenciais* emitidas a nível nacional (58,4% em 2023). No Porto, o peso desta especialidade continua a ser maior, atingindo 68,5% do total de *credenciais* emitidas pela Delegação (54,1% em Lisboa).

O quadro seguinte indica o número de *credenciais* emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto em 2024 e 2023 ao abrigo de *convénios*.

CONVÉNIOS - CONSULTAS EXTERNAS, EXAMES E TRATAMENTOS EM REGIME AMBULATÓRIO (LISBOA E PORTO)

	Lisboa				Porto				Total			
	2024	2023	Dif. ^a		2024	2023	Dif. ^a		2024	2023	Dif. ^a	
			N.º	%			N.º	%			N.º	%
Total	244	281	-37	-13,2%	232	241	-9	-3,7%	476	522	-46	-8,8%

Rede Advancecare

Durante o ano, 1439 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatório na Rede Advancecare.

Com a utilização do *cartão de saúde* realizaram-se 6370 atendimentos para consultas, exames ou tratamentos, a que corresponderam 13 551 atos médicos. Em comparação com o ano anterior, foram mais 293 associados (+25,6%), mais 1024 consultas, exames ou tratamentos (+20,4%), e mais 2193 atos médicos (+19,3%).

O crescimento do número de atendimentos e atos médicos na rede Advancecare tem acompanhado o aumento do número de associados e a maior utilização que fazem do *cartão de saúde*. Em 2024 aumentou o número de associados e de subscritores da modalidade de Saúde e aumentou principalmente o número de subscritores dos planos de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos e de Saúde Oral (mais 12,0% e mais 17,8%, respetivamente).

ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMBULATÓRIO

Associados				Consultas				Atos médicos			
2024	2023	Dif. ^a		2024	2023	Dif. ^a		2024	2023	Dif. ^a	
		(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
1439	1146	293	25,6%	6370	5022	1348	26,8%	13551	11358	2193	19,3%

Serviço de Saúde ao Domicílio da APM/RedeMut

Em 2024 mais 170 associados subscreveram o Serviço de Saúde ao Domicílio da APM/RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades, elevando para 1676 o número de aderentes a este serviço (67,0% do total de associados).

O serviço, assegurado no plano operacional pela Residências Montepio, dá acesso a consultas de

medicina geral e enfermagem e tratamentos de fisioterapia no domicílio, 24 horas por dia, todos os dias do ano, com preços que variam entre os 10 e os 15 euros. Garante também aconselhamento médico telefónico, gratuito, e, em caso de urgência, o transporte ao hospital da área de residência.

A adesão ao serviço é gratuita, mas obriga a uma subscrição prévia através de formulário disponível na página da Casa da Imprensa na internet.

A APM/RedeMut congrega 26 associações mutualistas de todo o país, entre as quais a Casa da Imprensa.

Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Saúde registaram-se ao longo do ano 106 casos de hospitalização para cirurgias, tratamentos e dois partos, num total de 324 atendimentos que tiveram assistência

hospitalar coberta pela Casa da Imprensa. Em comparação com 2023, houve menos 25 casos de internamento (-19,1%) e o mesmo número de partos.

4. AÇÃO SOCIAL

Os Serviços Sociais da CI prosseguiram em 2024 a sua ação de apoio aos associados, quer àqueles que se lhes dirigiram, quer aos que contactou, por rastreio prévio e por sinalização dos serviços médicos e administrativos.

Nesse âmbito, foram efetuados 75 contactos com entidades do

setor público e social, com encaminhamento, ou recurso a apoio domiciliário, para 12 beneficiários (15 no ano anterior), envolvendo instituições da Segurança Social, lares e Centros de Dia.

Foram realizadas 48 entrevistas e 33 visitas domiciliárias (30 no ano anterior), tendo sido contactados 28 associados com idade superior a 80 anos para verificação da necessidade de cuidados de saúde e da existência, ou não, de rede familiar, com posterior acompanhamento dos casos carenciados de apoio.

Por proposta dos Serviços Sociais, foram atribuídos três subsídios eventuais, cinco subsídios em isenções de cuidados de saúde e quatro subsídios

Subsídio de parentalidade, bolsas de estudo, subsídio por morte e subsídio de acidentes pessoais

Em 2024, no âmbito da modalidade de Solidariedade Associativa, foram atribuídos quatro subsídios de parentalidade (cinco em 2023), no valor total de 1 062,50 euros, menos 250,00 euros do que no ano anterior. E foram atribuídas nove bolsas de estudo, mais uma do que em 2023, num valor total de 2 562,50 euros.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM), foram pagos cinco subsídios (menos quatro do que no ano anterior), no valor global de

mensais para responder a casos de risco social agravado (*ver quadros nesta página*).

O valor dos subsídios eventuais foi de 9 107,96 euros (10 204,89 euros em 2023).

O número de beneficiários da comparticipação do FAS em Meios Complementares de Diagnóstico e Tratamentos (MCDT) foi de 1228 (1099 em 2023), num valor total de 108 048,16 euros (75 491,99 euros em 2023).

Todos os apoios individuais concedidos com base no Fundo de Ação Social (FAS) foram instruídos e propostos pelos Serviços Sociais e atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com carácter reservado.

5 000,00 euros, tendo-se registado um resgate, à semelhança do ano anterior.

De acordo com o Regulamento de Benefícios, o subsídio de parentalidade é atribuído aos associados pela inscrição na Casa da Imprensa dos seus filhos recém-nascidos e as bolsas de estudo aos que tenham pelo menos três filhos menores de 21 anos matriculados no ensino básico, secundário ou superior.

O subsídio de acidentes pessoais é atribuído em

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2024		2023	
	Beneficiários (N.º)	Valor atribuído	Beneficiários (N.º)	Valor atribuído
Subsídios mensais atribuídos	4	6 750,00 €	6	8 373,12 €
Subsídios pontuais atribuídos	3	670,78 €	1	895,00 €
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	5	1 687,18 €	2	936,77 €
Total a fundo perdido	12	9 107,96 €	9	10 204,89 €
Subsídios reembolsáveis	2	1 500,00 €	1	2 000,00 €

COMPARTICIPAÇÕES EM MCDT CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2024		2023	
	Beneficiários (N.º)	Valor atribuído	Beneficiários (N.º)	Valor atribuído
Exames e Tratamentos	1228	108 048,16 €	1099	75 491,99 €
Total comparticipações	1228	108 048,16 €	1099	75 491,99 €

caso de acidente de que resulte a morte ou invalidez absoluta e definitiva de um associado.

Nos três casos, o valor dos subsídios é fixado anualmente no orçamento das modalidades mutualistas da Casa da Imprensa e, no caso do subsídio de parentalidade e das bolsas de estudo, pode ser majorado em 25 por cento se ambos os progenitores forem associados.

O subsídio por morte é pago aos herdeiros legais ou ao(s) beneficiário(s) designado(s) pelo associado subscritor da modalidade de Capital Pagável por Morte. De acordo com o regulamento da modalidade, o valor do subsídio é de mil euros.

Enquanto os benefícios da Solidariedade Associativa (subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e subsídio de acidentes pessoais) podem beneficiar qualquer associado, o subsídio por morte depende

de o associado subscrever, ou não, a modalidade respetiva. No primeiro caso, os subsídios são suportados pelo fundo de Solidariedade Associativa, alimentado pela quota associativa paga por todos os associados. No segundo, é financiado pelo fundo da modalidade respetiva, alimentado pela quota destinada exclusivamente a esse efeito (1,35 euros/mês).

O quadro junto sintetiza a informação sobre o número de subsídios atribuídos no âmbito da Solidariedade Associativa e da modalidade de Capital Pagável por Morte e respetivos valores em 2024 e 2023.

SUBSÍDIOS DE PARENTALIDADE, BOLSAS DE ESTUDO E SUBSÍDIOS POR MORTE

Subsídios atribuídos	2024		2023		Dif. ^g		
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	(%)
Parentalidade	4	1 062,50 €	5	1 312,50 €	-1	-250,00 €	-19,0%
Bolsas de estudo	9	2 562,50 €	8	2 187,50 €	1	375,00 €	17,1%
Acidentes pessoais	0	0,00 €	1	2 500,00 €	-1	-2 500,00 €	
Morte (CPM)	5	5 000,00 €	9	9 000,00 €	-4	-4 000,00 €	-44,4%
Resgates (CPM)	1	699,79 €	1	819,05 €	0	-119,26 €	
TOTAL	19	9 324,79 €	24	15 819,05 €	-5	-6 494,26 €	-41,1%

Comparticipação de quotas

O Fundo de Ação Social (FAS) comparticipa o pagamento das quotas das modalidades de Solidariedade Associativa e Saúde dos familiares de associados efetivos e participantes.

A comparticipação pode ser requerida apenas por um membro do agregado familiar a favor dos restantes e quando subscrevem as modalidades a participar.

No final de 2024, beneficiavam da comparticipação de quotas 715 associados (28,6% do total de associados), dos quais 276 cônjuges, 51 cônjuges

sobrevivos e 368 filhos. O valor das comparticipações foi de 99 582,00 euros, mais 14 057,75 euros do que em 2023.

O FAS paga entre 25% (cônjuges e filhos com mais de 18 anos) e 50% (filhos menores e ascendentes) do valor nominal da quota, ou 90% no caso dos associados efetivos desempregados e dos pensionistas do FASC. Mantêm-se, porém, as comparticipações que já vinham sendo pagas até 2019 (50% para os cônjuges e 100% para os filhos até aos 25 anos, na quota da modalidade de Saúde).

Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo do Subsídio Complementar (FASC) pagou pensões de reforma e sobrevivência no valor global de 15 451,20 euros, menos 18,7% (-3 552,00 euros) relativamente a 2023.

Beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo

fechado, os jornalistas e seus cônjuges pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de Segurança Social referidos no instrumento de integração do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na Casa da Imprensa, em 1992.

Em 2024, o número de beneficiários reduziu-se de quatro para três jornalistas e de dez para nove cônjuges sobreviventes.

PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA E PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

	2024		2023		Dif. ^g			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	(%)	Valor	(%)
Pensões complementares de reforma (jornalistas)	3	4 588,00 €	4	7 400,00 €	-1	-25,0%	-2 812,00 €	-38,0%
Pensões de sobrevivência (cônjuges sobreviventes)	9	10 863,20 €	10	11 603,20 €	-1	-10,0%	-740,00 €	-6,4%
Total	12	15 451,20 €	14	19 003,20 €	-2	-14,3%	-3 552,00 €	-18,7%
Subsídio por morte	0	0,00 €	0	0,00 €	0		0,00 €	

5. ATIVIDADE ASSOCIATIVA

Na sequência de um ano de trabalho preparatório, em todo o país, o V Congresso dos Jornalistas Portugueses – promovido pelo Sindicato dos Jornalistas (SJ), a Casa da Imprensa (CI) e o Clube de Jornalistas (CJ) – abriu o ano em que se celebraram os 50 anos do 25 de Abril.

Merecem destaque o elevado número de inscrições e a vivacidade e amplitude do debate, refletidas nas conclusões do Congresso e, em grande medida, resultantes do bom trabalho da Comissão Organizadora, presidida pelo jornalista Pedro Coelho.

Realizado no contexto da crise do setor dos média, que continua a afetar seriamente as condições de vida e de trabalho dos jornalistas e a prejudicar o direito constitucional a uma informação livre e isenta, o Congresso reconheceu a necessidade de prosseguir o debate, com base nas conclusões, aprovadas por unanimidade.

Entre essas conclusões, além das relativas aos factos evidenciados pelo Estudo Sobre as Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas, iniciativa da CI, do SJ e da Associação Portuguesa Imprensa (API), destacam-se as relacionadas com a propriedade e fenómenos de concentração dos meios de comunicação social e respetivas consequências na qualidade e credibilidade do jornalismo.

6. INICIATIVAS CULTURAIS

Como anunciado no Plano de Ação para 2024, o programa expositivo da CI privilegiou as iniciativas destinadas a valorizar o desenho de imprensa e o fotojornalismo, em colaboração com a associação CC11.

Cristina Sampaio foi a convidada do III Salão de Desenho de Imprensa com mais uma edição de *O Ano em Cartoon*, exposição que esteve aberta ao público, sucessivamente, em Lisboa, no Porto e em Faro.

O desenho de imprensa esteve, também, em evidência com a exposição *Cem Desenhos Sem Palavras*, da autoria de Carlos Brito, desenhador de imprensa radicado em França desde os anos 60, colaborador de publicações francesas, como o *Le Monde*, *Le Canard Enchaîné* e *La Vie Ouvrière*, mas também do *Diário de Lisboa*, do *Sempre Fixe* e da *Seara Nova*, entre outros.

No campo do fotojornalismo, 2024 fica como o

A Casa da Imprensa está empenhada em promover e apoiar a continuação do debate, juntamente com as restantes organizações da classe, e a garantir a realização do próximo Congresso dos Jornalistas dentro de um prazo que leve em conta a evolução da situação no setor.

No âmbito do movimento mutualista, a Casa da Imprensa participou regularmente na atividade da APM/RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades, a cujo Conselho Fiscal preside. A APM/RedeMut congrega atualmente 26 associações mutualistas nacionais, representando sensivelmente 800 mil associados (cerca de 80% de todo o movimento mutualista português).

No plano interno, em reunião extraordinária realizada em 6 de novembro, a Assembleia Geral aprovou por unanimidade uma proposta do Conselho de Administração, já anteriormente debatida com os restantes órgãos associativos, que introduz diversas alterações no Regulamento de Benefícios.

As principais alterações referem-se à modalidade de Saúde, com o objetivo e agilizar a gestão dos benefícios, num contexto em que, devido às condições do setor e à inflação, se tornou necessária, com mais frequência e muitas vezes com urgência, a renegociação das condições contratuais para a prestação de cuidados de saúde.

ano de três grandes exposições – uma para celebrar os 50 anos do 25 de Abril e duas para homenagear dois grandes repórteres já falecidos, Carlos Gil e Carlos Lopes.

Portugal Livre 1974 – O Livro reproduziu o livro publicado poucos meses depois do 25 de Abril de 1974 por 20 repórteres fotográficos de diversos órgãos de comunicação social, que estiveram nas ruas de Lisboa nesse mesmo dia. Com textos de Fernando Assis Pacheco e Adelino Gomes, o livro e a exposição que dele resultou constituem um valiosíssimo testemunho coletivo “do que quiseram os que forçaram a História no 25 de Abril”.

A exposição de homenagem a Carlos Gil, intitulada *Um Fotojornalista de Guerra e Paz*, foi montada em colaboração com o Clube de Jornalistas e com a Fundação Mário Soares/Maria Barroso, depositária de parte do arquivo do autor. A inici-

ativa assinalou o aniversário da atribuição a Carlos Gil do Prémio Gazeta de fotojornalismo. O ano terminou com a exposição *Ó Lopes*, homenagem a Carlos Lopes, outro grande repórter fotográfico, com curadoria de Clara Azevedo e Daniel Rocha, textos de Ana Sousa Dias e Ana Sá Lopes e conceito gráfico de Aníbal Fernandes. O Coro da Casa da Imprensa, dirigido pelo maestro Sérgio Fontão, integrou novos elementos ao

longo de 2024. Além de atuações em eventos da CI, o Coro participou num concerto no auditório da Biblioteca Orlando Ribeiro, em Lisboa, integrado nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Ao abrigo de uma parceria com o Centro Nacional de Cultura, a CI acolheu no Salão Artur Portela duas sessões do programa literário internacional *DISQUIET*.

7. FINANÇAS

Resultados das modalidades mutualistas

As contas do exercício de 2024 do conjunto das modalidades mutualistas evidenciam um resultado líquido negativo de 1 113,31 euros numa despesa global de 1 253 751,10 euros, um défice de 0,09%.

O saldo é inferior em 6 387,23 euros ao que estava orçamentado (5 273,92 euros) e em 63 490,89 euros ao registado no exercício anterior (que foi globalmente positivo, em 62 377,58 euros).

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2024		2023	Dif. ^a			
	Real	Orç.	Real	(€)	(%)	(€)	(%)
	(1)	(2)	(3)	(1)-(2)		(1)-(3)	
Resultado líquido	-1 113,31	5 273,92	62 377,58	-6 387,23	-121,1%	-63 490,89	-101,8%

Três das quatro modalidades apresentaram resultados positivos: Solidariedade Associativa, Capital Pagável por Morte e Previdência-Reforma. A modalidade de Saúde, porém, continua deficitária (*ver quadro seguinte*).

Esta modalidade, para que se previa um resultado equilibrado, ao cabo de cinco anos consecutivos de perdas, agravou o défice e registou um saldo negativo de 39 381,87 euros (-9 080,23 euros em 2023), motivado por uma persistente conjugação de fatores adversos: o maior recurso aos cuidados de saúde privados, devido às dificuldades do

Serviço Nacional de Saúde, a elevada taxa de inflação na prestação de cuidados de saúde e a necessidade de renegociação dos prémios de seguro, para garantir o necessário equilíbrio contratual, que permita manter a modalidade como uma opção vantajosa quando comparada com a generalidade das ofertas privadas.

As restantes modalidades – Solidariedade Associativa, Capital Pagável por Morte e Previdência-Reforma – terminaram o ano com resultados positivos, respetivamente, de 4 310,39 euros, 22 423,18 euros e 3.953,38 euros (*ver quadro*).

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades mutualistas	2024	2023	Dif. ^a	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	4 310,39 €	1 744,28 €	2 566,11 €	147,1%
Saúde	-39 381,97 €	-9 080,23 €	-30 301,74 €	-333,7%
Capitais por Morte	22 423,18 €	61 716,00 €	-39 292,82 €	63,7%
Previdência-Reforma	3 953,38 €	7 074,79 €	-3 121,41 €	44,1%
Fundo de Administração	7 581,70 €	922,74 €	6 658,96 €	-721,7%
Total	-1 113,31 €	62 377,58 €	-63 490,89 €	-101,8%

Custos e proveitos das modalidades mutualistas

O quadro seguinte (*pág. 14*) sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à

natureza e atividades da CI e permitindo a comparação com os exercícios anteriores.

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

	2024	2023	Dif ^a	
			(€)	(%)
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	836 474,61 €	746 897,56 €	89 577,05 €	12,0%
Quotizações e jóias	759 770,21 €	616 413,58 €	143 356,63 €	23,3%
Credenciais e Senhas de consulta (S)	70 320,07 €	72 910,96 €	-2 590,89 €	-3,6%
Provisões específicas do sector (CPM/PR)	6 384,33 €	57 573,02 €	-51 188,69 €	-88,9%
Proveitos comuns	416 163,18 €	440 019,65 €	-23 856,47 €	-5,4%
Vendas	21,80 €	0,00 €	21,80 €	
Prestações de serviços	112 854,84 €	125 394,24 €	-12 539,40 €	-10,0%
Subsídios, doações e legados	9 722,49 €	62 855,00 €	-53 132,51 €	-84,5%
Ganhos por aumento de justo valor	3 719,23 €	5 513,61 €	-1 794,38 €	-32,5%
Outros rendimentos e ganhos	245 885,64 €	231 343,75 €	14 541,89 €	6,3%
Juros e outros rendimentos similares	43 959,18 €	14 913,05 €	29 046,13 €	194,8%
Total de rendimentos e ganhos	1 252 637,79 €	1 186 917,21 €	65 720,58 €	5,5%
Custos diretos das modalidades mutualistas	807 648,46 €	659 311,39 €	148 337,07 €	22,5%
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	9 324,79 €	15 819,05 €	-6 494,26 €	-41,1%
Prestações a associados das mutualidades (S/IH)	391 741,97 €	262 617,98 €	129 123,99 €	49,2%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (S)	361 466,14 €	337 271,55 €	24 194,59 €	7,2%
Outros custos inerentes a associados (S)	12 889,11 €	13 289,66 €	-400,55 €	-3,0%
Provisões específicas do sector (CPM/PR)	32 226,45 €	30 313,15 €	1 913,30 €	6,3%
Custos comuns	446 102,64 €	465 228,24 €	-19 125,60 €	-4,1%
Custo das vendas	11,34 €	0,00 €	11,34 €	
Fornecimentos e serviços externos	141 925,93 €	121 355,16 €	20 570,77 €	17,0%
Custos com o pessoal	232 286,88 €	210 451,32 €	21 835,56 €	10,4%
Gastos de depreciação e amortização	70 931,19 €	71 023,81 €	-92,62 €	-0,1%
Perdas por redução de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros gastos e perdas	947,30 €	62 397,95 €	-61 450,65 €	-98,5%
Total de gastos e perdas	1 253 751,10 €	1 124 539,63 €	129 211,47 €	11,5%
Resultado Líquido	-1 113,31 €	62 377,58 €	-63 490,89 €	-101,8%

A atividade das modalidades mutualistas da Casa da Imprensa em 2024 teve um custo global de 1 253 751,10 euros, dos quais 807 648,46 euros (64,4% do total) correspondem aos custos diretos dos benefícios e 446 102,64 euros (35,6%) a custos gerais de funcionamento.

Para cobrir esta despesa, as modalidades mutualistas tiveram um rendimento global de 1 252 637,79 euros, dos quais 836 474,61 euros (66,8%) provenientes da quotização e do pagamento de serviços pelos associados (proveitos diretos) e 416 163,18 euros (33,2%) vieram de outras fontes, não específicas de uma modalidade, mas comuns à atividade geral, como as rendas imobiliárias ou as transferências do Fundo de Ação Social (FAS).

Os custos superaram os proveitos, causando um défice de 1 113,31 euros. Em 2023 tinha acontecido o contrário, mas de um ano para o outro, mesmo com mais associados, mais subscrições de serviços e com o aumento das quotas da modalidade de Saúde, os rendimentos aumentaram

5,5%, mas os gastos aumentaram 11,5%.

As quotas e as senhas de consulta, juntas, cobrem 66,2% dos custos totais, em termos nominais, mas a sua contribuição efetiva é de 49,7% porque as quotas são comparticipadas pelo Fundo de Ação Social (ver *pág. 11*).

Depois da quotização, as principais fontes de rendimento para pagar os benefícios são as rendas do prédio da Rua do Loreto, em Lisboa, que rendem 201 644,46 euros (incluídos na rubrica *Outros rendimentos e ganhos*, no quadro junto) e as transferências do Fundo de Ação Social, a título de *Prestação de Serviços*, ambas no capítulo dos proveitos comuns.

Entre os custos diretos das modalidades, destacam-se os relativos à saúde, quer nos serviços prestados pela associação, no seu posto clínico (Lisboa e Porto) ou através de convénios diretos, quer os relativos a consultas, exames e tratamentos, em regime ambulatorio ou com internamento hospitalar, prestados por entidades externas, na rede Advancecare e ao abrigo do seguro de saúde

contatado com a mútua MGEN. Os primeiros, no âmbito da modalidade de Solidariedade Associativa (para todos os associados), tiveram um custo de 131 554,29 euros; os segundos, na modalidade de Saúde, para os subscritores da modalidade e dos planos de proteção complementar, valeram 634 542,93 euros. No quadro junto, correspondem às rubricas *Prestações a associados das mutualidades*, *Prestações pecuniárias cuidados de saúde* e *Outros custos inerentes a associados*.

Nos custos comuns às várias modalidades, o destaque vai para os *Custos com pessoal*, no valor de 232 286,88 euros, e para os *Fornecimentos e serviços externos*, com uma despesa global de 141 925,93.

Fundos de reserva das modalidades mutualistas

De acordo com a lei e os Estatutos, os resultados das modalidades são levados aos respetivos fundos próprios e fundos permanentes, que são os fundos de reserva das modalidades.

O quadro junto evidencia o valor contabilístico destes fundos a 31 de dezembro de 2024 (antes da aplicação de resultados, cuja proposta é apresentada na *pág. 19*) e 31 de dezembro de 2023. Entre estas datas o seu valor global aumentou 86 591,61 euros (+7,6%), passando de 1 141 067,04 euros para 1 227 658,65 euros.

As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e do

Contrariamente ao que acontece com os proveitos e os custos diretos (ou *inerentes a associados*), imputados a uma modalidade (a que garante os benefícios respetivos), os rendimentos e os gastos comuns são rateados pelo conjunto das quatro modalidades.

A imputação de custos e proveitos comuns faz-se agora através do Fundo de Administração, criado na última revisão dos Estatutos, vigente desde 2023, para cumprir o Código das Associações Mutualistas, e destinado a satisfazer os encargos administrativos. A imputação de custos e proveitos tem em conta a sua natureza e o peso de cada modalidade, avaliado pela contribuição dos associados através do pagamento de quotas.

Fundo Próprio da modalidade de Saúde refletem a aplicação de resultados do exercício de 2023 (99% dos saldos anuais respetivos, de acordo com os Estatutos). Nos fundos permanentes das modalidades de Capital por Morte e de Previdência-Reforma, refletem também um ajustamento das provisões matemáticas, de acordo com a análise atuarial que calcula as responsabilidades futuras das modalidades.

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

Fundos	2024	2023	Dif. ^a	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	95 804,37 €	94 077,53 €	1 726,84 €	1,8%
Fundo Próprio de Saúde	627 235,89 €	636 316,12 €	-9 080,23 €	-1,4%
Fundo Permanente Capitais por Morte	316 412,69 €	261 698,18 €	54 714,51 €	20,9%
Fundo Permanente Previdência Reforma	188 205,70 €	148 975,21 €	39 230,49 €	26,3%
Total	1 227 658,65 €	1 141 067,04 €	86 591,61 €	7,6%

Resultados dos fundos autónomos

Em 2024 os três fundos autónomos da Casa da Imprensa tiveram globalmente um resultado líquido positivo de 149 453,50 euros, uma quebra de 291 647,83 euros (-195,1%) relativamente ao ano anterior.

O Fundo de Ação Social (FAS), que financia os apoios de caráter social, em alguns casos independentemente de os beneficiários serem associados da Casa da Imprensa, teve um resultado líquido positivo (após encargos administrativos e financeiros e *despesa social*) de 150 761,84 euros, mas menos 248 057,56 euros (-164,5%) do que no ano anterior.

O resultado apurado de-

riava da quebra nos rendimentos dos investimentos financeiros, a única fonte de receita do Fundo, causada pelo clima de desconfiança nos mercados relativamente à evolução da situação política internacional, marcada pelas guerras na Ucrânia e no Médio Oriente e pela incerteza quanto aos resultados das eleições americanas.

A *despesa social*, realizada ao abrigo do Regulamento do FAS, teve um aumento de 32 967,10 euros (+11,1%) relativamente ao ano anterior

RESULTADOS LÍQUIDOS DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

Fundos	2024	2023	Dif. ^a	
			(€)	(%)
FAS - Fundo de Ação Social	150 761,84 €	398 819,40 €	-248 057,56 €	-164,5%
FASC - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	-2 724,69 €	41 701,79 €	-44 426,48 €	-1630,5%
FNL - Fundo Norberto Lopes	1 416,35 €	580,14 €	836,21 €	144,1%
Total	149 453,50 €	441 101,33 €	-291 647,83 €	-195,1%

para 329 592,47 euros. O aumento resulta principalmente das comparticipações em despesas de saúde e quotas (*ver capítulo Ação Social, pág. 10*). O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), que suporta o pagamento de subsídios por morte e pensões complementares de reforma e de sobrevivência de um grupo fechado de beneficiários que transitou da Segurança Social

para a Casa da Imprensa em 1992, teve um resultado líquido negativo de 2 724,69 euros. O FASC tem um património líquido de 135 157,24 euros e provisões matemáticas de 101 888,75 euros – um grau de cobertura de 132,65% relativamente às suas responsabilidades futuras. O Fundo Norberto Lopes, que suporta os prémios de reportagem com o nome do seu instituidor, teve um resultado líquido de 1 416,35 euros.

Valor patrimonial dos fundos autónomos

Em 31 de dezembro de 2024 o valor patrimonial global dos três fundos autónomos da Casa da Imprensa era de 14 014 853,29 euros, ou seja, mais 132 980,75 euros (+1,0%) dos que os 13 881 872,54 euros do ano anterior (*ver quadro*).

O maior contributo para o valor global dos fundos

autónomos é do Fundo de Ação Social (FAS), com o valor de 13 845 272,31 euros (mais 1,1% em relação ao ano anterior).

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

Fundos	2024	2023	Dif ²	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	13 845 272,31 €	13 694 510,47 €	150 761,84 €	1,1%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	129 827,47 €	149 024,91 €	-19 197,44 €	-12,9%
Fundo Norberto Lopes	39 753,51 €	38 337,16 €	1 416,35 €	3,7%
Total	14 014 853,29 €	13 881 872,54 €	132 980,75 €	1,0%

Estrutura da carteira de aplicações financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado das aplicações financeiras de todos os fundos sob gestão da Casa da Imprensa era de 15 694 181,38 euros (15 377 717,65 euros um ano antes).

Deste total, 14 057 518,35 euros correspondiam a unidades de participação de 38 fundos de investimento constituídos maioritariamente ou exclusivamente por obrigações (89,6% da carteira); 25 200,00 euros (0,2%) eram obrigações diversas; e 1 611 463,68 euros (10,3%) eram depósitos

bancários.

No caso particular do Fundo de Ação Social (FAS), o maior fundo, a quase totalidade do ativo está investida em fundos e obrigações diversas (99,8%).

A Casa da Imprensa tem contratos de aconselhamento para a gestão da carteira de ativos financeiros do FAS com a Baluarte – Consultores de Investimento, Lda e com a Caixa Gestão de Ativos, SA.

Património

Mantendo a regularidade com que tal tem vindo a ser feito desde as obras de reabilitação do prédio da Rua do Loreto e de requalificação da sede, em 2014, procedeu-se em 2024 à atualização da avaliação dos imóveis propriedade da Casa da Imprensa por perito qualificado e independente.

A avaliação traduziu-se numa variação positiva dos excedentes de revalorização, nas contas excedentes dos fundos patrimoniais, de 4 280 690,92 euros.

A sede foi avaliada em 1 900 000,00 euros, o edifício da Rua do Loreto, também em Lisboa, em 8 800 000,00 euros, e a Delegação do Porto em

825 000,00 euros, para um total que passou de 7 497 772,00 euros para 11 525 000,00 euros.

No exercício foi também efetuada, igualmente por perito qualificado e independente, a reavaliação do acervo artístico da associação.

A coleção de arte, com obras de pintura, cerâmica, escultura, fotografia, desenhos, litografias, serigrafias e medalhas foi avaliada em 187 994,82 euros.

O valor do ativo líquido da Casa da Imprensa em balanço passou de 23 379 126,96 euros para 27 998 613,07 euros.

Consignação fiscal, doações e donativos

A Casa da Imprensa recebeu 13 410,96 euros da

consignação fiscal em 2024, mais 626,07 euros

(+5,1%) do que no ano anterior. O montante recebido respeita à liquidação do IRS sobre os rendimentos de 2022, liquidado em 2023.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário dos 260 cidadãos contribuintes, associados ou não, que escolheram a Casa da Imprensa

Despesas de representação

A contabilidade registou um custo global em 2024 de 284,60 euros relativo a despesas de representação, menos 623,84 euros (-68,7%) do que no ano anterior.

A despesa realizada pelo Conselho de Administração foi de 236,60 euros, menos 189,80 euros (-44,5%) do que em 2023 e representam 83,1% do

Processos judiciais

A Casa da Imprensa é parte em dois processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo de Lisboa, um há oito e o outro há onze anos.

Um dos processos iniciou-se em 2016, quando a Casa da Imprensa processou o Banco de Portugal e o Novo Banco tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Ainda em 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação e a Casa da Imprensa, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Em 2017 foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que pela natureza do tema é inviável.

Em 2018, o processo foi suspenso até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado no âmbito de outras ações administrativas relacionadas com esta ação e que correm nos tribunais, situação que se manteve em 2019.

Em 2020 foi publicada a lista definitiva de credores (que inclui a Casa da Imprensa), tendo-se verificado um volume significativo de impugnações. Por despacho proferido no dia 1 de julho de 2024 pelo juiz presidente do Tribunal Administrativo Fiscal de Lisboa e Ilhas, o processo está de novo

como destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

Desde 2012, o primeiro ano em que pôde candidatar-se, a Casa da Imprensa recebeu um total de 194 424,62 euros de consignação fiscal.

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

	2024	2023
Conselho de Administração	236,60 €	426,40 €
Outros Órgãos Sociais	8,00 €	0,00 €
Deslocações Assistente Social	40,00 €	482,04 €
Total	284,60 €	908,44 €

total das despesas de representação.

suspenso porquanto está dependente do andamento prioritário de outros processos, no âmbito dos quais será discutida a globalidade das questões de facto e de direito em apreço.

Em 2015 a Casa da Imprensa registou uma imparidade de 266 097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações BES.

Em 2018, dado que as obrigações atingiram a maturidade sem se ter verificado o seu reembolso, esta provisão foi reforçada para 100% do valor investido.

O reforço da provisão teve um custo de 31 749,00 euros nas contas do Fundo de Ação Social relativas ao exercício de 2018.

Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à Casa da Imprensa.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a Casa da Imprensa e o presidente à época do seu Conselho de Administração requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta dum dívida que ainda não tinha liquidado, nem liquidou até agora, originada na cobrança do adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários, uma imposição legal que vigorou entre 1943 e 1998. Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a Casa da Imprensa, mas as transferências foram interrompidas em 2009.

A Casa da Imprensa não só não reconhece mérito na pretensão do IGFSS como continua a reclamar

os 711 192,57 euros que ainda lhe são devidos. O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2019, como nos cinco anos anteriores.

Em 2020, as partes foram notificadas para se pronunciarem sobre a anuência na convalidação da ação em ação administrativa comum.

No dia 18 de dezembro de 2024 foi proferida decisão sumária da presidente do Tribunal Administrativo Sul a atribuir competência para a tramitação e decisão do processo ao juízo administrativo

comum do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Aguarda-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo.

Em 31 de dezembro estavam ainda pendentes duas ações executivas intentadas pela Casa da Imprensa para cobrança de dívidas provenientes da falta de pagamento de rendas, no valor de 7 591,47 euros, estando a decorrer as diligências de penhora.

8. PRINCIPAIS INDICADORES

N.º de Associados	2502
N.º médio de Trabalhadores	8
Total do Ativo	27 998 613,07 €
Fundos	887 264,23 €
Reservas	18 406 214,98 €
Excedentes de revalorização de ativos	7 202 673,29 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	69 817,88 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1 113,31 €
Resultado líquido	-1 113,31 €

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da Casa da Imprensa, pelo acompanhamento do trabalho realizado;
- os membros do corpo clínico, dos Serviços de Saúde e dos Serviços Sociais, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;
- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à Casa da Imprensa;
- todos quantos, associados ou não, designaram a Casa da Imprensa como destinatária da consignação do IRS ou lhe destinaram donativos.

10. PROPOSTAS

Aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários, designadamente o previsto nos artigos 48.º e 50.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral

que o saldo negativo de 1 113,31 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	4 267,29 €
Fundo Próprio de Saúde	-39 381,97 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	22 198,95 €
Fundo Permanente Previdência-Reforma	3 913,85 €
Fundo de Reserva Geral	306,87 €
Fundo de Administração	7 581,70 €

Rendimento complementar da modalidade de Previdência-Reforma

Atendendo aos resultados do exercício, ao histórico da modalidade, à situação atual dos mercados de capitais e à decorrência dos períodos de carência para o acesso aos benefícios, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que

seja fixada em 2,500% a taxa de rendibilidade complementar prevista no n.º 3 do Artigo 39.º do Regulamento de Benefícios, relativo à modalidade de Previdência-Reforma e ao ano de 2024, para ser atribuída à data de 31 de julho de 2025.

Outras propostas

O Conselho de Administração propõe:

1. *Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 9 (pág. 18).*
2. *Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados:*
Alberto Jorge Figueiredo Cordeiro, António Manuel Garcia Tabuada, Armando José Moreira, Casimiro Ramos Rosa, Emídio Fernando Loureiro Jerónimo, Fernando António Pinheiro

Correia, João Paulo Guerra Batista Coelho Vieira, José Carlos Ribeiro Martins Fialho de Oliveira, Manuel Leopoldo Passos Gonçalves, Maria José Barbesti de Sousa de Nápoles de Sousa Veloso, Maria Manuela Leão Nunes Caiado, Maria Ondina Cruz Branco, Maria Teresa Jesus Monteiro C. de Matos Sequeira Capeto, Maria Teresa Mendes de Macedo, Orquídea Lança Frois de Figueiredo Baptista, Pedro Manuel Ferreira Foyos Teixeira, e Rui Manuel Corêa Solano de Almeida.

Lisboa, 13 de março de 2025

O Conselho de Administração

António Alberto Alves Pereira Borga (Presidente)
Luísa Maria Bessa Fernandes Coelho (Vice-presidente)
Sérgio Arsénio Nunes Anselmo Aníbal
Luís Miguel Proença Luiz
Isabel Cristina Cerqueira Cruz

C

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	11 534 488,68	7 314 230,71
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 4	187 994,82	62 324,80
		11 722 483,50	7 376 555,51
Ativo corrente			
Inventários	3.2.4 e 6	20 859,02	20 870,36
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	392,56	473,61
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 10.1	1 833,55	3 796,70
Diferimentos	10.2	4 326,03	4 118,82
Outros ativos correntes	3.2.5, 10.2 e 14.2	14 733 148,28	14 585 413,19
Outros instrumentos financeiros	3.2.5 e 10.3	105 522,93	101 803,70
Caixa e depósitos bancários	3.2.5 e 10.4	1 410 047,20	1 286 095,07
		16 276 129,57	16 002 571,45
Total do Ativo		27 998 613,07	23 379 126,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	3.2.6 e 14.1		
Fundos		887 264,23	825 592,00
Reservas		18 406 214,98	18 256 056,13
Resultados transitados		90 216,88	90 216,88
Excedentes de revalorização	3.2.1 e 4	7 202 673,29	2 921 982,37
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.1 e 4	187 994,82	62 324,80
		26 774 364,20	22 156 172,18
Resultado líquido do período		(1 113,31)	62 377,58
Total dos fundos patrimoniais		26 773 250,89	22 218 549,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	3.2.7 e 8	341 317,16	315 475,04
		341 317,16	315 475,04
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.5 e 10.5	80 879,84	61 121,14
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	7 551,80	6 328,16
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 10.1	3 136,06	2 133,11
Diferimentos	10.6	743 997,33	736 156,80
Outros passivos correntes	3.2.5, 8 e 10.6	48 479,99	39 362,95
		884 045,02	845 102,16
Total do passivo		1 225 362,18	1 160 577,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		27 998 613,07	23 379 126,96

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)
Luísa Bessa (vice-presidente)
Sérgio Aníbal (vogal)
Luís Proença (vogal)
Isabel Cruz (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	3.2.9 e 7	942 966,92	814 718,78
Subsídios, doações e legados à exploração	9	9 722,49	62 855,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.4 e 6	(11,34)	0,00
Fornecimentos e serviços externos	7	(141 925,93)	(121 355,16)
Gastos com o pessoal	3.2.10 e 11	(232 286,88)	(210 451,32)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.7 e 8	(25 842,12)	27 259,87
Aumentos/reduções de justo valor	3.2.5 e 10.3	3 719,23	5 513,61
Outros rendimentos	3.2.9 e 7	289 844,82	246 256,80
Outros gastos	7	(776 369,31)	(691 396,19)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		69 817,88	133 401,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(70 931,19)	(71 023,81)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 113,31)	62 377,58
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(1 113,31)	62 377,58
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.8		
Resultado líquido do período		(1 113,31)	62 377,58

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)

Luís Bessa (vice-presidente)

Sérgio Aníbal (vogal)

Luís Proença (vogal)

Isabel Cruz (vogal)

A Contabilista Certificada

Luís Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES, POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	MODALIDADES				Fundo de Administração	Total
	Solidariedade Associativa	Saúde	Capital por Morte	Previdência-Reforma		
Vendas e serviços prestados	201 631,35	546 717,90	9 575,55	32 381,66	152 660,45	942 966,92
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	9 722,49	9 722,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-11,34	0,00	0,00	0,00	0,00	(11,34)
Fornecimentos e serviços externos	-9 936,75	0,00	-1 377,60	-1 599,00	-129 012,58	(141 925,93)
Gastos com o pessoal	-56 788,84	0,00	0,00	0,00	-175 498,04	(232 286,88)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	6 384,33	-32 226,45	0,00	(25 842,12)
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	3 719,23	0,00	3 719,23
Outros rendimentos	4 691,26	48 629,06	13 540,69	1 677,94	221 305,87	289 844,82
Outros gastos	-135 275,29	-634 728,93	-5 699,79	0,00	-665,30	(776 369,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4 310,39	(39 381,97)	22 423,18	3 953,38	78 512,89	69 817,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	(70 931,19)	(70 931,19)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 310,39	(39 381,97)	22 423,18	3 953,38	7 581,70	(1 113,31)
Resultado antes de impostos	4 310,39	(39 381,97)	22 423,18	3 953,38	7 581,70	(1 113,31)
Resultado líquido do período	4 310,39	(39 381,97)	22 423,18	3 953,38	7 581,70	(1 113,31)

O Conselho de Administração

António Braga (presidente)
Luísa Bessa (vice-presidente)
Sérgio Aníbal (vogal)
Luís Proença (vogal)
Isabel Cruz (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1	896 499,46	0,00	17 814 896,47	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(70 849,13)	21 715 070,85	0,00	21 715 070,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	(70 907,46)		441 159,66				70 849,13	441 101,33		441 101,33
2	(70 907,46)	0,00	441 159,66	0,00	0,00	0,00	70 849,13	441 101,33	0,00	441 101,33
3							62 377,58	62 377,58		62 377,58
4=2+3							133 226,71	503 478,91	0,00	503 478,91
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+4+5	825 592,00	0,00	18 256 056,13	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	62 377,58	22 218 549,76	0,00	22 218 549,76
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023										

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6	825 592,00	0,00	18 256 056,13	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	62 377,58	22 218 549,76	0,00	22 218 549,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	61 672,23		150 158,85		4 280 690,92	125 670,02	(62 377,58)	4 555 814,44		4 555 814,44
7	61 672,23	0,00	150 158,85	0,00	4 280 690,92	125 670,02	(62 377,58)	4 555 814,44	0,00	4 555 814,44
8							(1 113,31)	(1 113,31)		(1 113,31)
9=7+8							(63 490,89)	4 554 701,13	0,00	4 554 701,13
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO EXTENSIVO										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11=6+7+8+9+10	887 264,23	0,00	18 406 214,98	90 216,88	7 202 673,29	187 994,82	(1 113,31)	26 773 250,89	0,00	26 773 250,89
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024										

O Conselho de Administração
O Conselho de Administração
Luísa Bessa (vice-presidente)
Sérgio Aníbal (vogal)
Luís Praença (vogal)
Isabel Cruz (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	951 496,20	763 146,54
Pagamentos de subsídios	5 762,29	13 631,55
Pagamentos de apoios		
Pagamento de bolsas	2 562,50	2 187,50
Pagamentos a fornecedores	1 004 521,84	793 300,32
Pagamentos ao pessoal	226 353,74	206 342,83
Caixa gerada pelas operações	(287 704,17)	(252 315,66)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	13 231,12	10 460,52
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(274 473,05)	(241 855,14)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	1 524 450,00	1 221 700,00
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		1 497,57
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	1 360 600,00	912 800,00
Outros activos	231 480,33	183 541,82
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	44 367,52	11 342,89
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	111 997,85	(112 517,72)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	9 722,49	1 355,00
Outras operações de financiamento	112 854,84	125 394,24
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	122 577,33	126 749,24
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(39 897,87)	(227 623,62)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	82 195,07	309 818,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	42 297,20	82 195,07

O Conselho de Administração
António Borga (presidente)
Lúisa Bessa (vice-presidente)
Sérgio Aníbal (vogal)
Luís Proença (vogal)
Isabel Cruz (vogal)

A Contabilista Certificada
Lúisa Pereira
 (CC 3301)

FUNDO DE AÇÃO SOCIAL
BALANÇO em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		
Ativo corrente		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3 249,50	3 517,60
Outras contas a receber	147,23	
Outros ativos financeiros mensurados ao justo valor	13 945 546,56	13 724 366,29
Caixa e depósitos bancários	27 874,95	2 144,56
	13 976 818,24	13 730 028,45
Total do Ativo	13 976 818,24	13 730 028,45
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	13 694 510,47	13 295 691,07
Resultados transitados	(13 947,87)	(13 947,87)
	13 680 562,60	13 281 743,20
Resultado líquido do período	150 761,84	398 819,40
Total do fundo de capital	13 831 324,44	13 680 562,60
Passivo		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Outras contas a pagar	145 493,80	49 465,85
Total do passivo	145 493,80	49 465,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	13 976 818,24	13 730 028,45

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2024	2023
Custos inerentes a associados	(216 738,13)	(171 231,13)
Custos da prestação de serviços	(112 854,84)	(125 394,24)
Fornecimentos e serviços externos	(120 281,73)	(30 442,31)
Provisões (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor	597 638,85	740 254,70
Outros rendimentos - alienações/vencimentos	5 510,00	4 479,61
Outros rendimentos - juros		
Outros gastos e perdas - alienações/vencimentos	(2 512,31)	(18 847,23)
Resultado líquido do período	150 761,84	398 819,40

**FUNDO AUTÓMO DO SUBSÍDIO COMPLEMENTAR
BALANÇO em 31 de dezembro de 2024**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		
Ativo corrente		
Outras contas a receber	333,25	529,05
Caixa e depósitos bancários	134 823,99	146 152,13
	135 157,24	146 681,18
Total do Ativo	135 157,24	146 681,18
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	30 663,66	(11 038,13)
Resultados transitados	5 329,77	5 329,77
	35 993,43	(5 708,36)
Resultado líquido do período	(2 724,69)	41 701,79
Total do fundo de capital	33 268,74	35 993,43
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões específicas		
Pensões	97 536,00	104 051,12
Subsídio por Morte	4 352,50	6 636,63
	101 888,50	110 687,75
Passivo corrente		
Pensionistas	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total do passivo	101 888,50	110 687,75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	135 157,24	146 681,18

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2024	2023
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	(922,50)	0,00
Pensões	(15 451,20)	(19 003,20)
Subsídio por Morte	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	8 799,25	58 558,72
Juros obtidos	4 849,76	2 146,27
Resultado líquido do período	(2 724,69)	41 701,79

FUNDO NORBERTO LOPES
BALANÇO em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		
Ativo corrente		
Outras contas a receber	110,05	147,36
Caixa e depósitos bancários	40 215,38	38 761,72
Total do Ativo	40 325,43	38 909,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	38 337,16	37 757,02
Resultados transitados	571,92	571,92
	38 909,08	38 328,94
Resultado líquido do período	1 416,35	580,14
Total do fundo de capital	40 325,43	38 909,08
Passivo		
Total do passivo		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	40 325,43	38 909,08

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2024	2023
Juros obtidos	1 416,35	580,14
Resultado líquido do período	1 416,35	580,14

D

ANEXO

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

1 — Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 – Sede

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

1.3 – Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos, aprovados em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021, e pelos diplomas legais aplicáveis, nomeadamente pelo Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 59/2018, de 2 de agosto. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2023.

3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 – Outras políticas contabilísticas

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

a) Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2020, por perito avaliador certificado, deduzido das depreciações do exercício.

b) Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos

Edifício afeto a outros fins: 100 anos

Grandes reparações: 10 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer variação resultante das revalorizações dos bens do património histórico e cultural é registado no capital próprio como Outras variações nos fundos patrimoniais. Qualquer variação resultante das revalorizações dos outros ativos fixos tangíveis é registado como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados.

Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

3.2.3 – Investimentos financeiros

A Entidade fez investimentos em obrigações do tesouro, com intenção de os manter até à maturidade, e por isso classificados como “carteira a vencimento”. Os títulos são mensurados ao custo de aquisição, que é também o valor nominal, e vencem juros semestrais ou anuais.

Mantém em carteira obrigações do BES, cujo incumprimento obrigou a entidade a constituir provisão a 100%, em consonância com a explicação da nota 8.

3.2.4 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.5 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Perdas por imparidade em dívidas por receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 3 meses e 1 ano, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Outros instrumentos financeiros

Inclui os investimentos em unidades de participação em fundos mobiliários que seguem os princípios definidos para a mensuração dos instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, reconhecendo os ativos pelo justo valor e as suas variações em resultados de cada período.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.6 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios da modalidade de Saúde e da Solidariedade Associativa, os excedentes dos Fundos Permanentes das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, os excedentes do Fundo de Administração e dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes), os Resultados Transitados, os Excedentes de Revalorização dos edifícios, resultantes da avaliação periódica dos mesmos e Outras Variações dos Fundos Patrimoniais, resultantes de reavaliações do património artístico e cultural.

3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.8 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

3.2.9 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o tempo decorrido desde o último vencimento e a taxa efetiva durante o período.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento, por pisos, salas ou postos de trabalho, do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.10 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros no 4.º trimestre, o IVA a pagar ou recuperar decorrente do funcionamento da Noticiaria (espaço de *co-work*) e do equipamento ATM durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação dos edifícios e bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5 – Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1. Como determinam as regras contabilísticas, as revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade e tendo a última avaliação reportado a 31 de dezembro de 2020, foi promovida nova avaliação externa dos seus imóveis, por perito qualificado e independente. Em 31 de dezembro procedeu-se à revalorização dos imóveis para a quantia apurada e constante do relatório do avaliador, onde estão explanados os métodos e pressupostos significativos aplicados para a estimativa do justo valor dos ativos, incluindo os critérios de repartição entre o terreno e o edificado (nos 2 prédios de Lisboa, a proporção é de 35/65 e no Porto 30/70).

Esta avaliação traduziu-se nas seguintes variações nas contas excedentes dos Fundos Patrimoniais:

Excedentes de Revalorização

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Saldo em 31/12/2024
Edifício Sede - Lisboa	1 346 588,59	359 456,03	1 706 044,62
Edifício R. Loreto - Lisboa	1 283 022,01	3 445 208,36	4 728 230,37
Delegação - Porto	292 371,77	476 026,53	768 398,30
	<u>2 921 982,37</u>	<u>4 280 690,92</u>	<u>7 202 673,29</u>

No exercício foi também efetuada a reavaliação do acervo artístico da instituição, que se refletiu também nas contas Outras variações nos Fundos Patrimoniais:

Outras variações nos fundos patrimoniais

	Saldo em 31/12/2023	Aumentos e Reavaliações	Saldo em 31/12/2024
Bens do património histórico e artístico e cultural			
Pintura	51 720,36	103 729,64	155 450,00
Cerâmica	139,66	4 060,34	4 200,00
Escultura	10 389,96	5 575,04	15 965,00
Outros (fotografia, desenhos, litografia, serigrafia)	-	12 305,00	12 305,00
Medalhas	74,82	-	74,82
	<u>62 324,80</u>	<u>125 670,02</u>	<u>187 994,82</u>

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Ativo Bruto				
	Saldo em 31/12/2023	Aumentos	Reavaliações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2024
Bens do património histórico e artístico e cultural	62 324,80	-	125 670,02	-	187 994,82
	<u>62 324,80</u>	<u>-</u>	<u>125 670,02</u>	<u>-</u>	<u>187 994,82</u>
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	2 603 000,00	-	1 389 500,00	-	3 992 500,00
Edifícios e outras construções	4 894 772,00	9 227,14	2 905 180,20	276 679,34	7 532 500,00
Equipamento básico	94 115,81	1 271,10	-	-	95 386,91
Equipamento administrativo	174 092,60	-	-	-	174 092,60
Depreciações acumuladas	(451 749,70)	(70 931,19)	-	262 690,06	(259 990,83)
	<u>7 314 230,71</u>	<u>(60 432,95)</u>	<u>4 294 680,20</u>	<u>539 369,40</u>	<u>11 534 488,68</u>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2023	Aumentos	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2024
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	196 620,66	66 069,40	262 690,06	-
Equipamento básico	94 115,86	166,45	-	94 282,31
Equipamento administrativo	161 013,18	4 695,34	-	165 708,52
	<u>451 749,70</u>	<u>70 931,19</u>	<u>262 690,06</u>	<u>259 990,83</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2024 e 2023 foram as seguintes:

Gastos com Depreciações

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	66 069,40	65 697,25
Equipamento básico	166,45	-
Equipamento administrativo	<u>4 695,34</u>	<u>5 326,56</u>
	<u>70 931,19</u>	<u>71 023,81</u>

5 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2.

Durante o exercício não houve qualquer movimento na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas.

6 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

	<u>Inventário em 31/12/2023</u>	<u>Vendas</u>	<u>Inventário em 31/12/2024</u>
Medalhas	7 620,50	-	7 620,50
Livros	<u>13 249,86</u>	<u>(11,34)</u>	<u>13 238,52</u>
	<u>20 870,36</u>	<u>(11,34)</u>	<u>20 859,02</u>
Custo dos inventários vendidos			<u>11,34</u>

7 – Rendimentos e gastos

O rédito reconhecido pela Entidade em 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

Réditos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Vendas e Prestação de serviços	<u>942 966,92</u>	<u>814 718,78</u>
Quotizações e joias	759 770,21	616 413,58
Credenciais e Senhas de consulta	70 320,07	72 910,96
Fundos	112 854,84	125 394,24
Vendas	21,80	-
Outros rendimentos e ganhos	<u>245 885,64</u>	<u>231 343,75</u>
Rendas	201 644,46	192 280,92
Cedência de salas	19 476,71	18 300,17
Consignação fiscal - IRS	13 410,96	12 784,89
Outros	11 353,51	7 977,77
Juros	<u>43 959,18</u>	<u>14 913,05</u>
Juros de depósitos	<u>43 959,18</u>	<u>14 913,05</u>
	<u>1 232 811,74</u>	<u>1 060 975,58</u>

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2024 e 2023, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Trabalhos especializados	15 549,31	16 617,52
Publicidade e propaganda	6 597,44	6 709,39
Honorários	26 101,50	26 134,00
Conservação e reparação	19 351,25	8 892,65
Outros	3 464,67	3 367,48
Materiais	4 946,58	3 281,91
Energia e fluidos	9 315,92	7 468,78
Deslocações, estadas e transportes	2 528,90	2 193,73
Comunicação	5 001,06	3 266,57
Seguros	4 286,51	4 091,69
Licenças	8 476,46	8 040,92
Despesas de representação	284,60	908,44
Limpeza, higiene e conforto	20 448,71	18 283,63
Outros serviços	15 573,02	12 098,45
	<u>141 925,93</u>	<u>121 355,16</u>

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos	425,30	30,00
Gastos com apoios financeiros		
Capital por Morte	5 699,79	9 819,05
Bolsas de Estudo	2 625,00	2 187,50
Subsídio de Parentalidade	1 000,00	1 312,50
Subsídio por Morte/ITP por acidente	-	2 500,00
Internamento Hospitalar	391 741,97	262 617,98
Saúde	374 355,25	350 561,21
Donativos para o 5º Congresso Jornalistas	-	61 500,00
Outros	522,00	867,95
	<u>776 369,31</u>	<u>691 396,19</u>

8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.

Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foram feitos o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem, contudo, questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Nos últimos exercícios não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Retransmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a conseqüente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa para a esfera jurídica do Novo Banco. Em 27

e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contestação pugnando pela improcedência da ação proposta pela Entidade. A instância encontra-se suspensa até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado de outras ações administrativas relacionadas.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300.000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada instituição bancária. Continua a aguardar-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Encontra-se constituída perda por imparidade para 100% do valor do investimento, uma vez que a data de reembolso já foi ultrapassada.

Em 30 de maio de 2018 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Lisbon Corner, Unipessoal, Lda., no valor de 1.456,60€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos há mais de 5 anos. A imparidade encontra-se reconhecida desde 2019.

Em 4 de julho de 2019 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Cidade Singular, Unipessoal, Lda., no valor de 6.134,87€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos.

Não foram até ao momento encontrados bens a indicar à penhora, pelo que se mantém o reconhecimento da imparidade efetuado em 2019.

A evolução das provisões matemáticas das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma durante o exercício é detalhada conforme se segue:

	Provisões Matemáticas		
	Saldo em	Constituição e	Saldo em
	31/12/2023	reforço	31/12/2024
Capital por Morte	253 140,52	(6 384,33)	246 756,19
Previdência-Reforma	62 334,52	32 226,45	94 560,97
	<u>315 475,04</u>	<u>25 842,12</u>	<u>341 317,16</u>

A taxa de desconto (dos pressupostos atuariais) é agora de 2,75%, considerada a mais adequada pela atuária independente, para passivos com durações semelhantes. Esta subida da taxa traduziu-se numa menor necessidade de reservas.

As provisões matemáticas da modalidade Previdência-Reforma, correspondem à soma das quotas pagas mais os encargos de gestão e os rendimentos atribuídos. A taxa de rendimento mínimo garantido - a incidir sobre as quotas pagas no exercício, foi de 2% e taxa de rendimento complementar – a incidir sobre o saldo dos Planos de Poupança em 31 de dezembro do ano anterior, foi de 2,5%.

A reserva matemática do plano complementar Capital de Risco da Previdência-Reforma calculada a 31 de dezembro é nula porque a atuária estimou que as quotas futuras são suficientes para cobrir o risco existente. O período de carência para acesso aos benefícios é de 2 anos, contado a partir da data de início da subscrição de cada Plano de Poupança.

O valor do Fundo Permanente das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

	Fundo Permanente de Capital por Morte		
	Património	Provisões	Grau de
	Líquido	Matemáticas	cobertura
Capital por Morte	391 820,70	246 756,19	158,79%
	<u>391 820,70</u>	<u>246 756,19</u>	

Em 2023 o grau de cobertura era de 148,04%.

Fundo Permanente da Previdência-Reforma

	<u>Património Líquido</u>	<u>Provisões Matemáticas</u>	<u>Grau de cobertura</u>
Previdência-Reforma	184 307,29	94 560,97	194,91%
	<u>184 307,29</u>	<u>94 560,97</u>	

Em 2023 o grau de cobertura era de 250,60%.

9 – Subsídios e outros apoios

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Subsídios e doações		
Para o 5º Congresso Jornalistas	-	61 500,00
Outras doações	9 722,49	1 355,00
	<u>9 722,49</u>	<u>62 855,00</u>

10 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

10.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Associados

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	815,30	984,55
De 4 a 12 meses	895,50	1 376,60
Mais de 12 meses	16,75	76,75
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	106,00	1 119,80
De 4 a 12 meses	-	9,00
Mais de 12 meses	-	20,00
Outras dívidas	-	210,00
	<u>1 833,55</u>	<u>3 796,70</u>

Beneficiários

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Capital por morte		
Até 1 ano	2 000,00	-
Mais de 1 ano	1 046,55	2 046,55
Outros	89,51	86,56
	<u>3 136,06</u>	<u>2 133,11</u>

10.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte de-composição:

Outros Ativos a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	4 311,65	4 719,99
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711 192,43	711 192,43
Outros	120 261,33	121 501,40
Perdas por imparidade em Outros Devedores	(7 315,00)	(7 315,00)
Fundos		
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	33 268,74	35 993,43
Fundo de Ação Social	13 831 103,70	13 680 411,86
Fundo Norberto Lopes	40 325,43	38 909,08
	<u>14 733 148,28</u>	<u>14 585 413,19</u>

Da rubrica Outros constam 59.500 euros de rendas vencidas resultantes de moratórias, concedidas aos inquilinos no âmbito da pandemia Covid-19 e de atrasos no pagamento.

Diferimentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	4 326,03	4 118,82
	<u>4 326,03</u>	<u>4 118,82</u>

As rubricas de Fundos, desdobram-se da seguinte forma, sendo que a evolução dos investimentos financeiros e das perdas por imparidade são relevadas na nota 14.2:

Fundos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar		
Depósitos à ordem e a prazo	134 823,99	146 152,13
Juros a Receber	333,25	529,05
Reservas Matemáticas	-101 888,50	-110 687,75
	<u>33 268,74</u>	<u>35 993,43</u>
Fundo de Ação Social		
Depósitos à ordem e a prazo	27 874,95	2 144,56
Investimentos financeiros	14 336 667,77	14 115 487,50
Perdas por imparidade	-391 121,21	-391 121,21
Subsídios reembolsáveis	3 249,50	3 517,60
Movimento com CSP	-53 446,33	-47 137,98
Fornecedores	-92 120,98	-2 478,61
	<u>13 831 103,70</u>	<u>13 680 411,86</u>
Fundo Norberto Lopes		
Depósitos à ordem e a prazo	40 215,38	38 761,72
Juros a Receber	110,05	147,36
	<u>40 325,43</u>	<u>38 909,08</u>

10.3 – Outros instrumentos financeiros

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 30 de novembro de 2021, foi constituído um fundo inicial para a modalidade de Previdência-Reforma, no valor de 100 mil euros, destacado das reservas do Fundo de Ação Social. Este valor foi aplicado em unidades de participação de 2 fundos multi-ativos, sob gestão da Caixa Gestão de Ativos e classificados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de “*Outros instrumentos financeiros*”, encontravam-se com os seguintes saldos:

Outros Instrumentos financeiros

	Saldo em 31/12/2023	Ganhos por aumento justo valor	Saldo em 31/12/2024
Outros ativos financeiros	101 803,70	3 719,23	105 522,93
	<u>101 803,70</u>	<u>3 719,23</u>	<u>105 522,93</u>

10.4 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários

	2024	2023
Caixa	1 379,98	1 225,24
Depósitos à ordem	40 917,22	80 969,83
Depósitos a prazo	1 367 750,00	1 203 900,00
	<u>1 410 047,20</u>	<u>1 286 095,07</u>

10.5 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores gerais	77 203,14	56 684,79
Médicos e Entidades convencionadas	3 676,70	4 436,35
	<u>80 879,84</u>	<u>61 121,14</u>

10.6 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

Outros Passivos Correntes

	2024	2023
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	30 867,97	28 364,06
Outros acréscimos de gastos	10 602,98	10 998,89
Outros Credores	7 009,04	-
	<u>48 479,99</u>	<u>39 362,95</u>

Diferimentos

	2024	2023
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	28 446,50	24 062,82
Adicional de Publicidade	711 192,57	711 192,57
Outros	4 358,26	901,41
	<u>743 997,33</u>	<u>736 156,80</u>

11 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 8 pessoas.

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	171 853,53	155 071,68
Encargos sobre Remunerações	38 448,47	34 734,87
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1 730,34	1 687,01
Outros gastos com Pessoal	20 254,54	18 957,76
	<u>232 286,88</u>	<u>210 451,32</u>

Número de membros dos Órgãos Sociais

	<u>Efetivos</u>	<u>Suplentes</u>
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>10</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

12 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 13 de março de 2025.

13 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

14 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 – Fundos Patrimoniais

Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Aumentos e Reavaliações</u>	<u>Aplicação de resultados</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
Fundos				
Capital por Morte	8 557,66	-	61 098,84	69 656,50
Saúde	636 316,12	-	(9 080,23)	627 235,89
Solidariedade Associativa	94 077,53	-	1 726,84	95 804,37
Previdência-Reforma	86 640,69	-	7 004,04	93 644,73
Fundo de Administração	-	-	922,74	922,74
Reservas Legais	159 435,26	-	705,35	160 140,61
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	13 694 510,47	150 761,84	-	13 845 272,31
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	30 663,66	(2 724,69)	-	27 938,97
Fundo Norberto Lopes	38 337,16	1 416,35	-	39 753,51
Reserva Especial p/ Valorização Património	4 333 109,58	-	-	4 333 109,58
Resultados transitados	90 216,88	-	-	90 216,88
Excedentes de revalorização	2 921 982,37	4 280 690,92	-	7 202 673,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	62 324,80	125 670,02	-	187 994,82
Resultado líquido do exercício	62 377,58	(1 113,31)	(62 377,58)	(1 113,31)
	<u>22 218 549,76</u>	<u>4 554 701,13</u>	<u>-</u>	<u>26 773 250,89</u>

14.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

Investimentos Financeiros - Fundo de Ação Social

	Saldo em 31/12/2023	Abates e Alienações	Ganhos por aumento justo valor	Saldo em 31/12/2024
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	-	-	391 121,21
U.P. Fundos	13 724 366,29	376 458,58	597 638,85	13 945 546,56
	<u>14 115 487,50</u>	<u>376 458,58</u>	<u>597 638,85</u>	<u>14 336 667,77</u>

Perdas por Imparidade - Fundo de Ação Social

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	391 121,21
	<u>391 121,21</u>	<u>391 121,21</u>

14.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	2024	2023
Saldos Devedores		
IVA - A Recuperar	392,56	473,61
	<u>392,56</u>	<u>473,61</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	3 129,20	2 635,87
IVA - A Pagar	314,27	
Contribuição p/ Segurança Social	4 108,33	3 692,29
	<u>7 551,80</u>	<u>6 328,16</u>

Lisboa, 13 de março de 2025

O Conselho de Administração
António Borga (presidente)
Luísa Bessa (vice-presidente)
Sérgio Aníbal (vogal)
Luís Proença (vogal)
Isabel Cruz (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
(CC 3301)

E

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos Estatutos da Casa da Imprensa, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas de 2024, que lhe foi apresentado pelo Conselho de Administração.

Como nota inicial, o Conselho Fiscal recorda que tomou posse a 15 de janeiro de 2025, já depois de terminado o exercício económico sob avaliação, sendo estas as primeiras contas que avalia.

O Relatório e Contas de 2024 vem confirmar o empenho do Conselho de Administração no cumprimento da missão da Casa da Imprensa – e da sua vocação –, de promover benefícios de saúde e de segurança social complementar, bem como a qualidade de vida dos associados, nomeadamente no campo cultural, no qual se observou uma vitalidade notável.

No exercício em causa, destacam-se como marcos o alargamento da base de associados, a manutenção do equilíbrio orçamental e o esforço por garantir a sustentabilidade financeira, em particular perante o aumento de custos resultante da subida de preços no setor da saúde e a intensificação do recurso da modalidade de saúde.

O exercício económico de 2024 encerrou com resultados líquidos negativos de 1 131,31 euros, face a um lucro no ano anterior de 62 377,58 euros. O montante de prejuízos não se apresenta, de momento, problemático, dado o seu reduzido valor e tendo em conta a situação patrimonial sólida da Casa da Imprensa. Realça-se, aliás, o facto de a situação patrimonial ter sido reforçada em 2024, através da reavaliação de ativos.

Ainda assim, o Relatório e Contas de 2024 perspetiva desafios para o futuro. Os custos aumentaram ao dobro do ritmo das receitas, e a demografia da base de associados da Casa da Imprensa aponta para a permanência do crescimento dos custos com a saúde. O Conselho de Administração é o primeiro a reconhecer estes desafios, notando, por exemplo, que os custos

de internamento hospitalar “persistem acima do suportável”.

O Conselho Fiscal considera fulcral uma especial atenção à evolução dos custos no domínio da saúde. Assim, tendo em conta as pressões claramente identificadas no relatório, o Conselho Fiscal reconhece as vantagens de uma ênfase crescente, possivelmente em futuros relatórios, na análise das tendências de custos e receitas esperadas, bem como na partilha sistemática e estruturada dos resultados com os associados. Além disso, considera relevante manter a comunicação dos impactos já alcançados com as medidas de gestão adotadas. Este esforço poderá contribuir para promover o alinhamento e o envolvimento dos associados nas decisões fundamentais relacionadas com os desafios de financiamento identificados.

A este respeito, merece nota positiva a revisão do regulamento de benefícios e a ponderada e prudente atualização de quotas para 2025. Mesmo se comporta um risco de eventual dissuasão de sócios, atuais ou potenciais, este aumento evidencia a abordagem ativa e diligente do Conselho de Administração na identificação e mitigação de pressões orçamentais. Não é claro, no entanto, se ainda assim o Conselho de Administração antecipa a necessidade de reavaliar a situação financeira a breve prazo.

A par do contínuo esforço de equilíbrio tendencial entre custos, receitas e benefícios, o trabalho para alargar a base de associados, em particular mais jovens, continua a revelar-se fundamental para a sustentabilidade futura da Casa da Imprensa.

O Conselho Fiscal congratula o Conselho de Administração pela sua gestão rigorosa da Casa da Imprensa e não pode deixar de elogiar o trabalho desenvolvido em benefício dos associados, pelo que dá o seu parecer favorável ao relatório e contas de 2024.

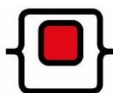
Lisboa, 27 de março de 2025

O Conselho Fiscal

Pedro Santos Guerreiro (Presidente)

Rui Peres Jorge (Relator)

Sónia Santos Pereira (Secretária)



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

www.casadaimprensa.pt

Sede:

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa

Telefs.: 21 342 02 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: geral@casadaimprensa.pt

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 19:00

Delegação Porto:

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto

Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10

E-mail: porto@casadaimprensa.pt • geral@casadaimprensa.pt

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30